

**Presentes:**Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranaíba; Adriane Leandro – SESA; Ageu da Silva de Mello – Povos e Comunidades Tradicionais; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar – CORESAN Curitiba; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Davi Pereira Brito – CORESAN Apucarana; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Edenir Zandoná – SEDEST; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira – CORESAN Irati; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar – CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Murilo Wenzel Luiz – SANEPAR; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Paulo Muchal Wenglarek – Povos e Comunidades Tradicionais; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU Binacional; Rosangela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Rosangela Rigoni – CORESAN Ponta Grossa; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Salete Maria Venâncio de Lima – CORESAN União da Vitória; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Talita Slota Kutz – CORESAN Francisco Beltrão; Tatiani Macarini – SEMIPI; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Acir Ribeiro Queiroz – SUDIS; Adrielson Machado Batista – Prefeitura de Cândói; Emerson Souza – Sec. Goioxim; Gisele de Pádua – Secretaria de Agricultura de Pinhão; João Augusto Garcia – IDR-PR; Joarez Camargo – FAMOPAR; Jonas da Silva – SEMIPI; José Leporossi – COMSEA Cantagalo; Josiane Gavassim – COMSEA Prudentópolis; Josué Zeni – COMSEA Guarapuava; Lilian dos Santos – COMSEA Cantagalo; Loreni de Azevedo de Oliveira – SEAB; Lucinei Schvaigut – CORESAN Guarapuava; Mario Antonio – Cantagalo; Romario Varela – COMSEA Pinhão; Roselene Sonda – MPPR; Selma Garcia – Sec. Educação Goioxim; Simone Marques Teixeira – Sec. de Assistência Social; Timóteo Campos – SUDIS; Thomas Tokoch – COMSEA Prudentópolis; Vinicius Zanella – Prefeitura de Cândói.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

**Pauta:**

1. Abertura com aprovação de pauta e ata;
2. Eleição da mesa diretora do biênio 2024-2025;
3. Composição das câmaras temáticas;
4. Painel SISAN;
5. Alimentação escolar/FUNDEPAR
6. Visita técnica à casa de passagem indígena de Guarapuava;

7. Visita técnica ao Quilombo Paiol de Telha;
8. Relato de experiência em SAN: Seu Dionísio;
9. SISAN e o papel dos conselhos;
10. Programas da SEAB;
11. Plano Estadual de SAN – monitoramento IDR;
12. Visita técnica ao Banco de Alimentos de Guarapuava.

1 **Memória:** Dando início à reunião à plenária, o secretário executivo do CONSEA, Valdenir Veloso,  
2 dá as boas-vindas aos presentes e agradece o acolhimento das conselheiras Dóris de Fátima Iastrenski  
3 e Patrícia Chiconatto e também do chefe do núcleo regional da SEAB de Guarapuava, Arthur  
4 Bittencourt, pelo esforço empregado para a realização da plenária. Passa à abertura e aprovação da  
5 pauta, havendo solicitação do Ministério Público para a inclusão do Painel SISAN. Quanto à ata,  
6 informando que houve solicitação de pequenas alterações, que foram realizadas e que a ata já está no  
7 site do CONSEA. Antes de iniciar as falas do dia, o secretário fez uma breve apresentação dos  
8 conselheiros que comporão o CONSEA na atual gestão, de modo que todos possam conhecer os  
9 novos nomes. Após as apresentações, o secretário executivo inicia o processo de eleição da  
10 presidência do CONSEA, pedindo que os interessados em assumir a Presidência se dirijam para o  
11 palco. Valdenir Veloso se manifesta e deixa registrado em ata que Roseli Pittner foi eleita presidente  
12 do conselho segundo o regimento anterior do CONSEA/PR, regimento este aprovado em 22 de  
13 outubro de 2013, onde constava que o presidente teria mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido,  
14 e assim sendo, não há limites de reconduções expressos no regimento. Reforça que foi eleita em 2 de  
15 setembro de 2019 e houve publicação de novo regimento em 6 de setembro de 2019, que apresentou  
16 nova regra quanto à recondução, que fica limitada a uma, e que em caso de nova eleição de Roseli  
17 Pittner, será seu último mandato com a regra anterior. Feita a manifestação do secretário executivo,  
18 passou-se à eleição, em que a chapa de Roseli Pittner e Marcelo Stelmach foi escolhida e foram  
19 eleitos, presidenta e vice-presidente, respectivamente, por unanimidade de votos. A presidente Roseli  
20 Pittner faz seu agradecimento e afirma que as decisões do CONSEA são sempre democráticas e tidas  
21 em consenso, já o vice-presidente Marcelo Stelmach afirma que continuará o mesmo durante a gestão  
22 e deixa claro que os outros conselheiros podem sempre contar com a sua pessoa. Roseli Pittner faz  
23 um agradecimento aos conselheiros pelos trabalhos do ano de 2023, pela realização das 399 reuniões  
24 municipais e pelos esforços das conferências estadual e nacional. Finalizados os agradecimentos,  
25 inicia-se o processo de composição das câmaras temáticas, sendo elas Câmara Temática de  
26 Institucionalidade, que é a responsável por verificar a legalidade de leis e documentos e que irá rever  
27 o regimento atual do CONSEA; a Câmara Temática de Políticas Públicas, que irá acompanhar e  
28 propor as políticas públicas e cobrar o seu cumprimento; e a Câmara Temática de Direitos Humanos,  
29 que irá verificar o cumprimento do direito humano à alimentação saudável para as diversas  
30 comunidades que compõem o Paraná e às pessoas mais vulneráveis. Entre os participantes de cada  
31 câmara temática, um será nomeado coordenador, devendo, para isso ser conselheiro da sociedade  
32 civil. Após as manifestações dos interessados, foram compostas as câmaras, de modo que a Câmara  
33 Temática de Institucionalidade terá como coordenador Marcelo Stelmach e Ronaldo Juliano Pavlak  
34 como suplente; a Câmara Temática de Direitos Humanos terá como coordenadora Kelly Franco de  
35 Lima e Jaciara Reis Nogueira Garcia como suplente; a Câmara Temática de Políticas Públicas terá  
36 Patricia Chiconatto como coordenadora e Cristielen Rizzon Massaroli como suplente. Seguindo a

37 pauta do dia, Roselene Sonda comenta acerca do termo de cooperação técnica existente entre o  
38 Ministério Público do Paraná e o CONSEA para a elaboração e construção do Painel SISAN, que é  
39 o monitoramento da adesão dos municípios. Roselene afirma que os dados presentes no painel são de  
40 2020 e estão defasados, sendo necessária uma nova atualização em relação a quais municípios têm  
41 plano de SAN. Explica que no último levantamento, foi solicitado ao conselho que os núcleos  
42 regionais enviassem aos municípios um formulário que foi preenchido, o que leva à pergunta de como  
43 será realizada a atualização, se será por meio de formulário ou de questionamentos das CORESAN's.  
44 Outra questão é do repasse de informações de novas adesões ao MPPR, no sentido de ou avisar  
45 imediatamente no momento da nova adesão ou se será estabelecido um cronograma de atualizações  
46 a cada dois meses. Sonda explica que o MPPR está trabalhando numa atuação integrada de  
47 enfrentamento à Insegurança Alimentar, em que são utilizados os dados do painel para falar ao  
48 promotor se o município possui conselho e documentação pertinente. Afirma que os vinte e dois  
49 municípios mais vulneráveis terão mais esforços para adiantar a documentação faltante para a adesão  
50 ao SISAN, de modo a poder amenizar as desigualdades. Finalizada sua fala, o secretário executivo  
51 Valdenir comenta que talvez os encontros bimestrais não sejam eficientes pela probabilidade alta de  
52 não haver publicações novas todos os meses, tendo em vista que Brasília tem demorado a publicar.  
53 Ainda, propõe que seja feita uma atualização completa, e quanto aos planos, o mais eficiente seria  
54 passar um formulário para os núcleos regionais. Passada a palavra para a conselheira Rosângela  
55 Oliveira, inicia-se um relato acerca da alimentação escolar. A conselheira elabora acerca da novidade  
56 dos cardápios padronizados, com proteína animal todos os dias, bem como arroz e feijão. Afirma que  
57 há uma boa quantidade de grãos e carne, mesmo com o calor e a umidade do início do ano que  
58 dificultam a estocagem de grãos e que com a mudança do sistema de compras das cooperativas.  
59 Entretanto, mesmo com a alimentação presente nas escolas, a FUNDEPAR identificou que nem  
60 sempre as refeições eram preparadas, e dessa forma o secretário demandou que os cardápios fossem  
61 uniformizados, de modo que todo o estado tem o mesmo padrão dos alimentos. Menciona que ouviu  
62 recepções positivas vindas dos núcleos quanto ao cardápio, porque as merendeiras podem ser  
63 resistentes à mudança. Rosângela afirma que a ideia de padronizar poderia ter uma recepção negativa  
64 por parte dos nutricionistas em decorrência de um possível desrespeito à diversidade cultural, mas  
65 que as diretrizes do cardápio têm o sentido de fornecer o mínimo, ficando em aberto a possibilidade  
66 de preparos que condizem mais com os gostos de uma determinada comunidade. Para isso se  
67 concretizar, houve realização de diversos estudos técnicos e haverá contratação de nutricionistas,  
68 sendo necessário pelo menos um nutricionista por núcleo, de modo que cada nutricionista fique  
69 responsável por cinquenta escolas. Enquanto isso não é uma realidade, a FUNDEPAR pediu às  
70 escolas que fotografem o cardápio e o prato do dia, de modo a fiscalizar o cumprimento. A conselheira  
71 explica que já possuem ata para a aquisição de alimentos destinado às pessoas com necessidades  
72 alimentares especiais, como água de coco, biscoitos, macarrão integral ou sem glúten, e reforça que  
73 há alguns recursos que são destinados a comprar alimentações prontas para casos ainda mais  
74 particulares. Rosângela também comenta acerca da audiência pública para defender a compra da  
75 alimentação orgânica, sendo que todo o arroz e feijão preto disponibilizado é orgânico. Quanto à  
76 questão da carne, informa que também é disponibilizada carne enlatada às escolas que solicitaram,  
77 explicando que em algumas escolas indígenas ou das ilhas do Paraná não existem as mesmas  
78 condições de armazenamento. Aberto para perguntas e comentários, houve o comentário de que na  
79 regional oeste foram recebidas diversas denúncias sobre cantinas que utilizam muitos produtos  
80 ultraprocessados e doces, e também perguntou acerca das ações que podem ser feitas para mostrar a  
81 regulamentação. Em resposta às perguntas, Rosângela afirma que a FUNDEPAR não se  
82 responsabiliza pelos conteúdos vendidos em cantinas particulares, sendo que estas são regidas por

83 normas municipais e que este assunto pode ser debatido no CONSEA em reuniões futuras. A  
84 presidente do CONSEA sugeriu que fosse enviado um documento explicando a situação das cantinas  
85 das escolas ao CAE estadual. A conselheira da FUNDEPAR elabora acerca das merendeiras com  
86 grandes números de refeições por dia, e que essa situação já está sendo contornada pela  
87 disponibilidade de mais merendeiras terceirizadas. É convidado o senhor Dionísio para fazer uma fala  
88 da sua experiência no campo de SAN, em que discorre sobre bens inalienáveis como o direito à água,  
89 que é essencial para que exista segurança alimentar e nutricional. Também menciona como é  
90 gratificante poder participar da reunião, visto que foi um dos auxiliares do plano de combate à  
91 insegurança alimentar em 2002. Finda a fala de Seu Dionísio, a presidente Pittner explica que a  
92 próxima pauta do dia será acerca do papel dos conselheiros, que é estipulado na Constituição de 1988,  
93 art. 204 com a participação social através de suas organizações sociais. Dessa forma, foram criados  
94 os conselhos para que essas organizações possam tomar decisões e questionar o governo. Quanto ao  
95 papel do conselheiro, explica que se trata da possibilidade de exercer o papel de ligação entre os  
96 anseios da população e seus gestores, permitindo uma cooperação, definição e o fortalecimento da  
97 participação democrática, de tal forma, os conselhos, de modo geral, são elos entre a sociedade e o  
98 governo. Ainda, pontua que uma proposta de conselho não pode beneficiar esta ou aquela organização  
99 social, mas sim de um todo que busca os mesmos fins no escopo estadual. Outro papel dos  
100 conselheiros é saber cobrar do poder legislativo que sejam promulgadas leis do interesse coletivo. No  
101 regimento do CONSEA, ainda, fica explicitado que os deveres dos conselheiros são: propor e  
102 acompanhar as ações do governo, articular governo municipal, estadual, nacional; promover  
103 campanhas de conscientização da opinião pública e incentivar parcerias; interagir com a sociedade  
104 para democratizar informações junto às instituições públicas e privadas, no que se refere aos dados  
105 sobre programas e projetos; formular e controlar a execução das políticas públicas; acompanhar o  
106 reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas, dever que  
107 Roseli Pittner pontua ser muito amplo no âmbito do CONSEA, por ser intersetorial, com políticas  
108 públicas ligadas às secretarias da agricultura, educação e saúde, por exemplo; organizar e participar  
109 dos fóruns e ou conferências; deliberar, normatizar, controlar, articular sobre as políticas públicas e  
110 emitir parecer quando necessário; participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, justificando  
111 eventuais faltas e preenchendo os formulários de presença adequadamente; deliberar sobre questões  
112 internas; participar de espaços de formação; participar e aprovar planos estaduais e municipais.  
113 Quanto às atribuições dos conselheiros, conforme o regimento, são: orientar a implantação de  
114 programas e projetos sociais voltados para as necessidades alimentares da população; apoiar e  
115 incentivar programas direcionados aos produtores com destaque para os envolvidos na agricultura  
116 familiar para ampliação de áreas plantadas, bem como zelar pela qualidade dos alimentos produzidos,  
117 explicando a presidente que em mais de 90% dos municípios, a economia é baseada na agricultura  
118 familiar e que a cada 10 alimentos presentes nas casas dos paranaenses, 7 são igualmente da  
119 agricultura familiar; realizar, apoiar e incentivar a produção de estudos e pesquisas voltados para a  
120 Segurança Alimentar e Nutricional; controle social das ações/projetos/programas de SAN; articular  
121 o cadastro, seleção e engajamento de famílias de fora da rede sócio assistencial e/ou projetos de  
122 proteção social; desenvolver ações voltadas para o acompanhamento e monitoramento de recursos  
123 aplicados na área de Segurança Alimentar e Nutricional; participar da promoção de campanhas  
124 voltadas para a prática de hábitos alimentares saudáveis junto à população; propor criação de grupos  
125 de trabalho, bem como indicar nomes para sua integração; deliberar por escrito sobre propostas  
126 apresentadas, indicando sempre o caráter da liberação que propõem, o que deve ser preferencialmente  
127 feito de maneira escrita; exercer outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo Conselho com  
128 anuência do Presidente; discutir e votar assuntos debatidos no plenário, tanto em conselhos,

129 comissões, quanto em audiência pública. Roseli afirma que a plena participação dos conselheiros gera  
130 o empoderamento do conselho, com maior confiança no momento de discutir e apresentar propostas.  
131 Quanto aos pontos de melhoria do CONSEA, a presidente elenca que deve ser revista a fragmentação  
132 e desarticulação entre conselheiros; pouca participação da sociedade civil; vagas da sociedade civil  
133 ocupadas pelo poder público; e a municipalização do atendimento com demanda financeira  
134 insuficiente, ou seja, municípios que não têm verbas para realizar ações de SAN. Quanto ao papel das  
135 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional, informa que são as responsáveis por  
136 elaborar o regimento interno próprio, que deve definir objetivos, composição e atividades em  
137 consonância com o regimento interno do CONSEA/PR; elaborar atas das reuniões das comissões  
138 regionais e encaminhar à secretaria executiva do CONSEA/PR; compilar diagnósticos de SAN da  
139 região; coordenar as reuniões regionais a fim de estimular os municípios na criação e funcionamento  
140 de conselhos municipais; coordenar a conferência regional de SAN; encaminhar à secretaria  
141 executiva do CONSEA/PR a documentação dos conselheiros regionais eleitos em conferência, para  
142 fins de homologação; estimular a criação de programas e projetos regionais para enfrentamento da  
143 insegurança alimentar e nutricional; coordenar a conferência regional de SAN; estimular a criação de  
144 programas e projetos regionais para enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. Roseli  
145 também reforça a participação dos membros do CONSEA, que estão presentes em todo o estado, para  
146 realizar falas e debater as políticas de SAN. Passada a palavra ao secretário executivo, inicia-se a fala  
147 sobre o SISAN e os Planos Municipais de SAN. Ilustra que as projeções das adesões indicam que  
148 haverá trezentos municípios aderidos até o fim do ano, mas que a grande maioria não tem PLANASAN  
149 vigente e elabora quanto às dificuldades de produzir um plano inteiro com apenas uma pessoa  
150 trabalhando na tarefa. Assim, com as futuras notificações do Ministério Público cobrando a existência  
151 do PLANASAN dos municípios, torna-se necessário que as CORESAN's tenham conhecimento do que  
152 é minimamente preciso para sua formulação. Explica que quem deve elaborar o plano de segurança  
153 alimentar é a câmara técnica composta por, no mínimo, quatro secretarias, sendo elas educação,  
154 agricultura, saúde e assistência social, já inseridas na CAISAN, a partir das diretrizes emanadas pelo  
155 conselho municipal. Após a elaboração, explica, a câmara deve fiscalizar o plano, devendo cada um  
156 dos participantes oferecer um monitoramento do que é cumprido ou não. Afirma que também deve  
157 haver o apoio técnico da administração pública ou fazenda municipal, visto que são os responsáveis  
158 pelas rubricas nas pastas de cada secretaria. Ainda sobre os papéis dos elementos que compõem o  
159 SISAN, explica que o CONSEA é consultivo e que a CAISAN é deliberativa e é um espaço de  
160 articulação intersertorial. Valdenir pontua que ainda não há uma diretriz nacional de um plano de  
161 SAN, tendo em vista que ainda não houve tempo hábil para fazê-lo, mas que o futuro plano será  
162 realizado tendo como base as 250 propostas aprovadas na VI Conferência Nacional de Segurança  
163 Alimentar e Nutricional que se tornarão diretrizes do plano nacional. Quanto aos elementos principais  
164 que um plano precisa ter, Valdenir elenca cinco pontos, sendo eles: notas introdutórias, que consiste  
165 na carta de apresentação, mensagem do coordenador da CAISAN municipal, mensagem do presidente  
166 do CONSEA municipal; marco conceitual, com referencial teórico e metodologia do plano, com  
167 menções a autoridades no assunto ou a outros planos de SAN como do estado do Paraná; marco  
168 situacional, elaborado pelas secretarias, explicando qual a situação dos municípios atualmente,  
169 enquanto o plano está sendo feito, fazendo constar quais programas de SAN já existem e qual a  
170 condição de saúde dos munícipes; o marco operacional, em que deve constar o que será feito no  
171 município de políticas públicas para combater a insegurança alimentar, com metas, objetivos e linhas  
172 de ação necessárias, programas que serão retirados, modificados ou implantados nos próximos 4 anos;  
173 monitoramento do plano, com os parâmetros de fiscalização; e observações finais. Retoma sobre as  
174 diretrizes que devem ser seguidas no Paraná: estruturação e fortalecimento da agricultura familiar;

175 medidas regulatórias em segurança alimentar; controle e prevenção de agravos à alimentação;  
176 proteção ambiental e produção de alimentos; garantia de acesso regular e permanente aos alimentos;  
177 educação alimentar e nutricional; questão hídrica e acesso à água; distribuição de alimentos;  
178 equipamentos públicos de segurança alimentar; e o fortalecimento do SISAN no município. Há  
179 diversas vantagens em realizar o plano, como o diagnóstico do município; possibilitar o fluxo de  
180 informação; exploração das múltiplas possibilidades de utilizar os recursos humanos e financeiros;  
181 agregar a força política. Com a fala, Flávia Anastácio de Paula elabora sobre a realidade de uma  
182 pessoa com necessidades alimentares específicas, explicando que não se trata somente de alergias,  
183 como na doença celíaca, caso em que não existe medicamentos que possam amenizar as reações do  
184 contato com o glúten. De tal forma, Flávia afirma que não podem os profissionais que tratam de  
185 alimentação desconhecer acerca da contaminação ambiental, direta e cruzada e que devem ser  
186 realizadas não somente políticas públicas que possam fornecer alimentos para as pessoas com  
187 necessidades alimentares especiais, mas que possa haver a socialização com as pessoas sem essas  
188 demandas. Explica que os conselheiros devem conhecer essas necessidades de modo que existam  
189 pessoas capazes de proporem projetos que os englobam e fazer constar em decretos, regimentos e  
190 planos a existência dessas pessoas. Passada a palavra para Márcia Cristina Stolarski, inicia-se o relato  
191 dos programas de SAN com algumas ponderações sobre a educação alimentar e nutricional, de que  
192 nas últimas décadas as taxas de obesidade em crianças de 5 a 19 anos quadruplicaram, e que no Paraná  
193 há 23% das crianças e 27% dos adolescentes acima do peso. Outro estudo faz a projeção de que em  
194 2035 a taxa de sobrepeso em crianças e adolescentes chegará a 50%. Ainda, 36% da população adulta  
195 do Paraná é obesa, e junto dos adultos com sobrepeso, somam-se 70% da população paranaense.  
196 Elaboro que a população com sobrepeso é mais predisposta a possuir doenças crônicas não  
197 transmissíveis, como problemas respiratórios, de articulação e câncer, o que dá o caráter de urgência  
198 da necessidade de investir em alimentação de qualidade. Apenas 22% da população come a  
199 quantidade sugerida de legumes e hortaliças, que é de 400 gramas diários. Diante desse panorama,  
200 explica que o DESAN possui o PLC, Programa Leite das Crianças; Compra Direta; PAA; e  
201 equipamentos de SAN. Os programas são coordenados por quatro secretarias, iniciando o processo  
202 pelo CADúnico da SEDEF, SEAB com o credenciamento das cooperativas, pagamentos e controle  
203 de qualidade dos alimentos, SESA com o monitoramento nutricional, e a SEED que faz parte da  
204 entrega para as crianças. O PLC é o programa mais caro dos elencados, totalizando R\$  
205 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões por ano), favorecendo aproximadamente 110.000 crianças,  
206 sendo que 90% dos beneficiados estão com o peso adequado. O Compra Direta, por sua vez, foi criado  
207 em 2020 como uma medida emergencial da pandemia e é o responsável pela compra do produto da  
208 agricultura familiar que é distribuído nas redes socioassistenciais, como CRAS e CREAS. O  
209 programa atende 360.000 pessoas com 179 cooperativas e associações em todo o estado, 20.000  
210 agricultores, 6.500 toneladas de alimentos, sendo eles frutas, legumes, feijão, arroz, hortaliças, pão,  
211 ovos, farinhas, suco em polpa e complementos como doces, açúcar mascavo e mel. Ainda sobre o  
212 Compra Direta, explica que há algumas novidades, uma delas na classificação que levará em  
213 consideração e priorizará os produtores de orgânicos, com critérios de desempate por PCT's,  
214 mulheres e jovens que componham as associações/cooperativas, outra novidade versa sobre os  
215 contratos mais longos, de 3 anos e a última novidade é de que haverá mais controle da qualidade dos  
216 produtos e averiguar se o alimento é realmente orgânico. Reforça que foi assinado por todos os  
217 prefeitos do Paraná o termo para o recebimento das verbas desse programa, que fará com que os  
218 CRAS e CREAS tenham balanças e pessoal para distribuir os alimentos recebidos, bem como  
219 comprometimento na adesão ao SISAN. Menciona as discussões na reunião realizada entre a SEAB,  
220 associações/cooperativas e entidades beneficiadas do Compra Direta, explanando situações que já

221 ocorreram no decorrer do programa, visando criar uma maior compreensão das necessidades e  
222 realidade de produtores e de quem recebe os alimentos para posteriormente distribuir, além de  
223 repassar a necessidade de alimentar o sistema do Compra Direta com a avaliação do produto e da  
224 entrega. Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos, Márcia Stolarski ilustra que se trata de uma  
225 iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que  
226 manda recursos à CONAB, e que publica portarias à SEAB. Neste ano, o investimento é de R\$  
227 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) no estado do Paraná, R\$ 31.000.000,00 (trinta e um  
228 milhões de reais) para 45 municípios, PAA indígena que irá atingir 25 municípios com o valor de R\$  
229 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), e 50 municípios terão PAA de R\$ 4.300.00,00  
230 (quatro milhões e trezentos mil reais), e, para 16 municípios, sendo eles: Alvorada, Apucarana,  
231 Arapongas, Centenário, Faxinal, Ortigueira, Cianorte, Colombo, Foz do Iguaçu, Guaíra, Palmital,  
232 Pato Branco, Rio Bonito do Iguaçu e Umuarama, com R\$ 3.340.000,00 (três milhões, trezentos e  
233 quarenta reais). Passa então a elaborar sobre os 257 equipamentos de SAN presentes no estado do  
234 Paraná, citando o exemplo de Cascavel que possui grandes números de equipamentos que geram  
235 renda à população. Dentre os equipamentos há as cozinhas comunitárias, cozinhas escola,  
236 panificadoras comunitárias, restaurantes populares, hortas comunitárias e hortas urbanas, feiras,  
237 bancos de alimentos, como outros. Explicam que o governo federal iniciou o processo de adequação  
238 de maturidade de gestão, que impedirá os convênios de estados que recebem o dinheiro, mas que não  
239 executam o programa adequadamente. Márcia Cristina também elabora sobre o plano de SAN que  
240 será realizado neste ano e que terá vigência em 2024-2027 e o plano estadual de orgânicos,  
241 terminando sua fala com comentários sobre a evasão do campo, que 85% da população vive nas  
242 cidades e que vai faltar mão de obra rural, destacando a importância das hortas comunitárias e  
243 urbanas. Passada a palavra para a conselheira Daniele Martin Sandri, inicia-se o relato do  
244 monitoramento do plano pelo IDR-PR, que tem a meta de assessorar e promover o acesso de 80  
245 organizações da agricultura familiar aos mercados institucionais, sendo a linha de base de 68  
246 organizações atendidas e o indicador é o número de organizações assessoradas. Quanto às  
247 organizações assistidas, havia 90 em 2020, 113 em 2021, 112 em 2022 e 123 em 2023, além disso,  
248 há o número de atendimentos realizados por métodos individuais e coletivos, como visitas e eventos  
249 como cursos e seminários, que, no decorrer dos anos e a partir de 2020, foram de 357, 425, 524 e  
250 1623, sendo que o número de atendidos foi de 4.700, passando para 5.596. O estudo do IDR-PR  
251 também aponta que o número de pessoas participantes das organizações da Agricultura Familiar que  
252 são beneficiadas pelas ações de elaboração de propostas de negócios do PAA e do PNAE subiram de  
253 100 em 2022 para 150 em 2023. Outra meta deste eixo é atender através da extensão rural 40.000  
254 unidades da produção da agricultura familiar; proporcionar o banco do agricultor; bem como a  
255 elaboração do crédito rural. Outro eixo, de medidas regulatórias em segurança alimentar, há as metas  
256 de orientar 1.375 produtores na agroindústria familiar, curso de qualidade da água, feira de queijos,  
257 curso de pasteurização e panificados do PNAE. Ainda, em outro eixo, de proteção ambiental e  
258 produção de alimentos para a promoção da agroecologia, como divulgar, apoiar e promover ações de  
259 ensino, pesquisa, extensão e expansão da produção de alimentos num sistema de base ecológica.  
260 Nesse eixo foram realizados diversos programas online após 2020, sendo que 35.380 pessoas  
261 assistiram às apresentações; em 2021 houve 91 eventos com o tema de agroecologia atendendo 3.915  
262 pessoas, passando para 15.958 em 567 eventos em 2022, e 2023 com 894 eventos totalizando 22.754  
263 pessoas. Daniele afirma que o IDR-PR tem previsão de ofertar 6.000 eventos no ano de 2024 pelo  
264 estado do Paraná. Quanto à pesquisa, a conselheira menciona que estão programados 112 eventos de  
265 transferência de tecnologia e estão sendo feitos estudos sobre o leite orgânico de bovinos para o  
266 Paraná e produção de leite e carne de bubalinos em sistema orgânico na região centro-sul do Paraná,

267 e na parte vegetal com o cultivo de olericultura, grãos e sistemas agroflorestais. Quanto à questão da  
268 educação alimentar e nutricional há estimativa de ofertar a 3.500 pessoas as orientações de boas  
269 práticas de fabricação e manipulação de alimentos, bem como o encaminhamento aos eventos de  
270 SAN. Quanto às pessoas atendidas nas ações de educação alimentar, constata que os números foram  
271 de 1.695 em 2020 para 10.183 em 2023. Na seara da educação ambiental que trata da água, apresenta  
272 a iniciativa de proteção das nascentes, que somam 4.696 até o momento, 1.000 apenas no ano passado.  
273 O IDR-PR também está desenvolvendo o sistema de plantio direto de hortaliças, em decorrência da  
274 perda do solo e da água, de modo que houve um trabalho do Instituto, estudando iniciativas de Santa  
275 Catarina. O próximo eixo, de distribuição de alimentos, inclusão produtiva e geração de renda, com  
276 o programa Nossa Gente, que tem duas linhas de projeto: transferir renda complementar para 1.400  
277 famílias que atendam critérios de exigibilidade – Programa de Fomento às Atividades Produtivas  
278 Rurais (Federal) e Renda Agricultor (Estadual); bem como implantar 5.000 projetos para produção  
279 de autoconsumo e venda do excedente, em pequenas áreas. São incluídos nesse programa os  
280 agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores e pessoas em vulnerabilidade social, que  
281 produzirão alimentos para consumo próprio. O último projeto, explica Daniele, se trata do projeto de  
282 inclusão produtiva solidária, feito com famílias de, no mínimo, 3 membros, que recebem um recurso  
283 de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para fazer um projeto agropecuário ou não, como de costura. Para  
284 finalizar a apresentação do plano, Daniele menciona que uma falha a ser consertada pelo Instituto é  
285 o controle de todos os programas pela falta de funcionários do Instituto, e que se em cada município  
286 houvesse uma equipa multidisciplinar, tanto para análises quanto para realizar trabalhos conjuntos, o  
287 cenário seria diferente, com mais enfoque na população mais vulnerável, com produções mais  
288 sustentáveis e de qualidade. A presidente Roseli Pittner parabeniza o trabalho realizado pelo IDR-PR  
289 e passa a palavra às conselheiras de Guarapuava para um breve agradecimento pela presença dos  
290 demais conselheiros que se deslocaram até o município e, posteriormente, explicando o itinerário das  
291 visitas técnicas do dia. Finalizados os agradecimentos e relatos, a presidente encerra a reunião.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB